



ASPECTOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL DA ILHA DE GURIRI-ES: CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL BIORREGIONALISTA

ANA PAULA V. CAETANO¹; JOSIVANIA R. OLIVEIRA¹, RENATA AHNERT¹, CLAUDINEIA C. TEIXEIRA²; MARCOS C. TEIXEIRA³

1. Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Departamento de Ciências Agrárias e Biológicas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo. Rodovia BR 101, Km 42, Bairro Litorâneo, São Mateus-ES paula_vazcaetano@hotmail.com

2. Escola Escola Estadual Wallace C. Dutra, Rua 13, Guriri, São Mateus-ES

3. Departamento de Ciências Agrárias e Biológicas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo. Rodovia BR 101, Km 42, Bairro Litorâneo, São Mateus-ES

Recebido em: 28/11/2014 – Aprovado em: 16/01/2015 – Publicado em: 31/01/2015

RESUMO

Objetivou-se descrever a história ambiental da Ilha de Guriri-ES, evidenciando-se os diferentes processos que influenciaram na relação homem-natureza. Foram colhidos relatos orais de moradores antigos e de historiadores locais além da análise de imagens fotográficas e de documentos oficiais e registros em jornais. Observou-se que o modo de vida baseado na pesca, caça, coleta e agricultura de subsistência e na produção mercantil simples, permaneceu até a primeira metade do século XX. Por isso, ainda é possível encontrar manguezais preservados e uma vegetação de Restinga que equilibra os processos ecológicos. Essa relação com o mundo natural começou a mudar com a chegada das atividades econômicas que tomaram o litoral como o espaço de reprodução do capital, com destaque para a exploração de petróleo e turismo, ambas patrocinadas pelo poder público. Atualmente, a Ilha é palco de intensas mudanças na paisagem na cultura local devido à especulação imobiliária que promove a parcela do solo e atrai novos grupos sociais. O saldo histórico é um acelerado processo de redução da cobertura vegetal da restinga para ampliação do balneário e o parcelamento das pequenas propriedades das primeiras famílias de Barra Nova, ao Sul, e de Barreiras e Meleiras, ao norte. Além disso, essas famílias, cujos modos de vida permitiram a conservação de parte da paisagem natural, ainda não desfrutam dos benefícios produzidos pelas mudanças promovidas pelos novos modelos de relação com o mundo natural. Conclui-se que o processo histórico da relação homem-natureza apenas reflete a história ambiental em nível nacional, marcada pelas injustiças sociais e ambientais, especialmente após a segunda metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE- biorregionalismo, educação, história, meio ambiente

ASPECTS OF ENVIRONMENTAL HISTORY GURIRI-ES ISLAND: CONTRIBUTION TO ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT

This study aimed to describe the environmental history of the Isle of Guriri-ES, evidencing the different processes that influence the relationship between man and nature. Oral histories of former residents and local historians were collected beyond the

analysis of photographic images and official documents and records in newspapers. It was observed that the way of life based on fishing, hunting, gathering and subsistence agriculture or simple commodity production remained until the first half of the twentieth century. So it is still possible to find preserved mangroves and vegetation resting that balances the processes of deposition and erosion. This relationship with the natural world began to change with the arrival of economic activities that have taken the coastline as the space of reproduction of capital, especially in oil exploration and tourism, both sponsored by the government. Currently, the island is the scene of intense changes in the landscape in the local culture due to real estate speculation that share the soil and attracts new social groups. The historical balance is an accelerated reduction of vegetation cover sandbank to expand the resort and the fragmentation of smallholdings of the early families of New Barra, in the South, of and Barriers and Meleiras, in the north. Moreover, these families, whose livelihoods allowed the conservation of the natural landscape, not yet enjoy the benefits produced by the changes brought by new models of relationship with the natural world. We conclude that the historical process of man-nature relationship only reflects the environmental history at the national level, marked by social and environmental injustices, especially after the second half of the twentieth century.

KEYWORDS- education, environment, history, biorregionalism.

INTRODUÇÃO

A natureza sempre esteve e continuará presente em todo o desenvolvimento político, histórico e social, que a sociedade vivencia ao longo dos tempos. Por isso, não se pode separar os conhecimentos sobre a natureza da história. A análise da organização espacial tem se dado, cada vez mais, por meio de uma prática interdisciplinar, despertando novo interesse no estudo das relações entre natureza, cultura, sociedade e meio ambiente (FREITAS, 2010). Nessa perspectiva, o presente estudo apoia-se na teoria do Biorregionalismo, na História ambiental e na Educação ambiental; cujos olhares buscam reunir, valorizar e tecer os diferentes saberes na busca por novos olhares sobre a realidade.

Na visão biorregional a recuperação da história de um lugar permite o desenvolvimento de relações entre a comunidade e o ambiente biofísico que ela habita (SATO & PASSOS, 2002). A História Ambiental apresenta-se como uma área de pesquisa útil a interpretar problemas contemporâneos das relações entre humanos e não humanos no tempo (BUELL, 2001 citado por KLANOVICZ, 2012). Falar de história ambiental é falar da história humana e de todo seu desenvolvimento no decorrer dos anos; é estudar as percepções do passado em relação à natureza, em relação às atitudes e tradições. Trata-se, portanto, do esforço para fazer uma reconstrução de ambientes do passado com a biologia, geologia, geografia, pedagogia, relacionando os acontecimentos históricos humanos e ambientais. Portanto, “a tarefa dos historiadores ambientais é, geralmente, interdisciplinar, já que são necessários tanto a percepção quanto o conhecimento das condições ambientais em um dado momento e lugar” (WINIWARTER, 2010).

DIEGUES (2000), ao apontar as mudanças que vem surgindo a partir de uma nova interpretação da relação homem-natureza, nos coloca três ideias principais: (1) o homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto; (2) a natureza é parte de nossa história; a natureza é sempre história e a história é sempre natureza e (3) a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza. Por isso, a história ambiental é também um instrumento utilizado por ecologistas com pensamentos conservacionistas para elucidar questões sobre ciclos de erosão, saliniza-

ção, ou, para se colocar em termos mais gerais, de degradação do solo causada pela agricultura, construções ou urbanização, ou ainda histórias de rios represados e terras irrigadas, degradações de curto e longo prazo (WINIWARTER, 2010).

O homem é capaz de atribuir significado e organizar os espaços a partir de suas ações que influenciam intensamente o comportamento e fornece perspectivas para uma melhor relação com o ambiente (COSTA et al., 2011). Esses significados e comportamentos ficam marcados no tempo e no espaço e, na história ambiental, a paisagem traz conceitos e métodos de estudo para se avaliar o impacto humano e a colonização da natureza. É, portanto, um campo interdisciplinar que inclui diferentes dimensões dos diferentes saberes humanos.

A característica interdisciplinar da História ambiental a torna um campo importante para a educação ambiental, dado sua característica holística e seus princípios fundamentados na abordagem crítica. É por meio da história ambiental que a sociedade tem as informações dos diferentes processos ambientais, políticos e sociais que levaram às mudanças no cenário natural e social. A partir desses conhecimentos pode-se vislumbrar soluções concretas para questões ambientais, instigando as pessoas para a percepção da complexidade da realidade, para a necessidade de mudança e para a determinação e utilização de instrumentos de solução de problemas (BRANDÃO et al., 2011).

Na busca de gerar conhecimentos que contribuam para uma educação ambiental crítica, o objetivo deste estudo foi caracterizar a história da Ilha de Guriri a partir de uma abordagem biorregionalista da relação homem-natureza.

MATERIAL E METODOS

A Ilha de Guriri no Contexto regional

A ilha de Guriri está localizada na região denominada de Planície Quaternária do Rio Doce descrita por SUGUIO et al., (1982) a partir de compartimentações geológicas: uma de formação do período quaternário holocênico; a segunda por processo de deposições considerando os sedimentos fluvio-marinho, lagunar e a terceira do quaternário pleistocênico marinho distribuído em uma faixa litorânea que abrange o sul do rio Doce, os municípios de Linhares e Conceição da Barra-ES. Na direção oeste, encontra-se com a planície de tabuleiros, cuja formação é do período terciário. A Planície é drenada por dezenas de rios que se distribuem nas duas bacias hidrográficas, a do rio Cricaré/São Mateus e a do Rio Doce. Esses dois rios são os mais influentes na deposição embora os sedimentos dos rios São Mateus sejam menos importantes.

Um dos principais ambientes que compõe a Planície são as restingas, caracterizadas por um conjunto de tipos de vegetação: formação herbácea, arbustiva (ou mata aberta) e arbórea (ou *mata de myrtaceae*). Nesta última as árvores podem atingir altura de 20 m. Na Ilha de Guriri, as restingas estão distribuídas de norte a sul principalmente na Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra (em Meleiras e Barreira) e em forma de mosaicos no percurso para Barra Nova (sul). Nas áreas que permanecem úmidas constantemente encontram-se duas espécies florísticas: *Typha sp* (taboa, utilizada para a atividade artesanal) e *Montrichardia sp* (aninga).

O ecossistema de manguezal está diretamente ligado ao modo de vida da população da Ilha de Guriri. Encontra-se tanto ao norte quanto ao sul da, onde há influência fluvio-marinho, principalmente das marés, cuja característica principal é a pequena diversidade de espécie de sua flora arbórea. As espécies frequentes nesses ambientes são o mangue vermelho, mangue-branco e o mangue-amarelo (ALMEIDA, 2007), plantas lenhosas e sempre verdes capazes de se desenvolverem em

solos areno-lodosos, com baixo teor de oxigênio e capacidade de adaptação às variações de salinidade decorrentes da ação das marés. Apesar da baixa diversidade de espécies vegetais, serve de abrigo temporário para animais de água doce e salgada. O mangue presente nos rios Cricaré e Mariricu, apresenta três variações¹: vermelho, sua formação é recente e se encontra mais próximo do rio; rosa, uma transição entre o vermelho e o preto, de formação mais antiga, localizado em antigos depósitos ou nas baixadas aluviais.

O estudo foi realizado na área que compreende a Ilha de Guriri, formada pela porção de terra delimitada pelos rios Cricaré e Mariricu. O termo Guriri, emprestado da espécie de palmeira *Allagoptera arenareae* abundante na ilha, também é usado em referência ao bairro/balneário que ocupa a porção central da Ilha distante 11 Km da sede do município de São Mateus-ES. O município está distante de Vitória, capital do Estado, cerca de 220 km e limita-se ao Norte com os municípios de Boa Esperança, Conceição da Barra e Pinheiros; ao sul com Linhares, Jaguaré, Vila Valério e São Gabriel da Palha; ao Oeste com Boa Esperança e Nova Venécia e ao Leste com Oceano Atlântico.

Coleta dos dados

KLANOVIKZ (2012) ao fazer uma avaliação dos desafios metodológicos para a história ambiental conclui que “a história oral proporciona a construção de relatos sobre experiências individuais no lugar, ou, em outros termos, a problematização das interações entre narrativas de vida e história de um projeto maior”. Partindo dessa afirmação, neste estudo destacam-se os relatos orais de moradores antigos e de pesquisadores, fundamentais na reconstrução da história da beira-mar e na identificação das dinâmicas territoriais. O relato oral, método muito utilizado por cientistas sociais, fornece uma variedade de informações que precisam ser percebidas pelo pesquisador e analisadas de maneira criteriosa, pois qualitativamente nos permite ter acesso a dados que não aparecem em outras metodologias.

Ferreira nos ensina qual a importância desse procedimento metodológico na pesquisa:

Herdada e construída, acima de tudo, esta memória evoca histórias de vida que são contadas por seus próprios protagonistas, que se tornam então narradores de si próprios, quando suas palavras, saberes e vivências traçam suas leituras acerca da própria existência. Para quem faz a pesquisa, adotar a metodologia da história oral abre a possibilidade de “escrever com, e não escrever sobre” o que é pesquisado, abrindo espaço para a fala e o olhar específico destes sujeitos (FERREIRA, 2009).

Além dos relatos orais, foram analisadas ainda fotos históricas de acervos particulares e documentos oficiais e registros jornalísticos.

RESULTADOS

Os primeiros moradores da Ilha eram caboclos descendentes de índios e de negros, escravos remanescentes das fazendas da Região e se dedicavam, basicamente, à pesca, à coleta de mariscos e plantio de mandioca. Nesse período as poucas famílias estavam espalhadas ao longo das margens dos rios Cricaré e Mariricu, com concentrações em Barra Nova, Mariricu e Barreiras e Meleiras. Segundo a pes-

¹ Essa descrição é usada pela população local, catadores que utilizam o ecossistema para coletar a espécie de caranguejo-uçá e outras espécies.

quisadora Claudinéia C. Teixeira (inf. pess.), todas as famílias das comunidades tradicionais dessas localidades guardam algum grau de parentesco.

O Sr. Manoel Barbosa dos Santos, um dos pescadores que ficava na ilha, primeiro pescador de água salgada, diz que em 1965, quando colocou pela primeira vez a rede no mar, em noite de lua cheia, pescou 16 cações de 60 kg cada. Além da pesca, havia a caça pelas tartarugas e seus ovos para consumo². Já nessa época tinha muita sujeira na praia, deixada pelos navios e o pessoal da Capitania dos Portos de Conceição da Barra pescava de lança e os peixes que não queriam eram lançados na praia contribuindo ainda mais com a poluição.

A primeira casa de alvenaria era do seu João Mafra. O primeiro ônibus foi o do seu Américo Nico. Seu Juca Pestana, proprietário do primeiro bar, pegava água em latas no rio Mariricu e distribuía para as pessoas que começavam a ficar na ilha em uma carroça. Depois, abriu uma cacimba e puxava água com auxílio de uma corda.

A ocupação da ilha de Guriri teve início em 1961 com a construção da primeira estrada que ligava a localidade de Pedra D'Água, há 6 Km da Ilha, à cabeceira do rio Mariricu, na gestão do prefeito Othovarino Duarte Santos. Para a construção da estrada era utilizado barro puxado por bois, amarravam cordas com varões de madeira e barro e os bois iam puxando, abrindo caminho. No mesmo ano teve início a construção da primeira ponte de madeira e, além dos bois, uma velha caçamba levava terra até a cabeceira do rio. A ponte era simples, feita de mourões de madeira e durou apenas um ano e meio, pois, com a abundância do "busano" (caramujo que come madeira a ponte) logo foi ruída, vindo abaixo, não resistindo aos batedos (bancos flutuantes formados por plantas) trazidos pelas fortes chuvas. Em 1966, constrói-se a segunda ponte. Desta vez com pilares de concreto, na gestão do prefeito Otívio de Almeida Cunha. Com a nova ponte, aos poucos a Ilha ia sendo ocupada. As embarcações chegavam a Guriri pelo rio São Mateus e na década de 70 o centro de Guriri já contava com várias barracas. Com a acessibilidade da ponte e da estrada empresas como Aracruz e Petrobras começam suas implantações no local, favorecendo ainda mais a urbanização da ilha.

O prefeito Othovarino comprou as terras de Guriri da família Vila Nova, portuguesa. A intenção de Othovarino era urbanizar a ilha para que os moradores de São Mateus não precisassem se deslocar até o município de Conceição da Barra para desfrutar da praia. Contudo, o acesso à praia era muito difícil. Antes da ponte os banhistas atravessam de canoa, balsa e ainda andavam cerca de dois km na areia para chegar até a praia.

O senhor Edvaldo Alves (conhecido como Vavá), descendente da família Vila Nova, era pescador de água doce e diz que para a construção da estrada e para loteamento foi preciso derrubar imensas e numerosas árvores. Ele e sua família trabalhavam com cultivo de mandioca, melancia e abóbora e para plantar era preciso limpar (derrubar árvores) a terra. A vegetação aos poucos ia dando lugar às residências e as plantações. Tudo que era produzido era levado de canoa até o Porto de São Mateus e lá era comercializado.

O primeiro loteamento foi feito na gestão o prefeito Amocim Leite que doava os lotes a quem se comprometesse construir. O prefeito queria a todo custo povoar o lugar e, em suas viagens para fora do município, oferecia lotes em Guriri. Esses lotes não tinham marcações corretas o que gerou uma desorganização espacial na região que fica entre a Avenida Praiano e a praia no lado direito (Guriri Velho). No segundo loteamento, feito na gestão do prefeito Gualter Nunes Loureiro, os lotes

²² A Ilha de Guriri possui uma base do Projeto Tartaruga Marinha (Projeto TAMAR).

foram vendidos por um preço abaixo do valor de mercado a quem se comprometes-se a construir em dois anos, período após o qual o mesmo seria devolvido à prefeitura. Neste loteamento já havia infraestrutura (a partir da Av. Oceano Índico).

Aos poucos, a Ilha foi ganhando mais moradores e casas de praia de pessoas vindas de todas as partes: Colatina, Linhares e principalmente de Minas Gerais. “Qualquer lugar por onde Amocim Leite passou doou um lote”. Com as construções, a devastação da restinga era cada vez mais intensa e, para o bem do progresso, a destruição da vegetação não poderia parar. Hoje, a restinga ainda se mantém, mas, “quem viu o Guriri como eu vi, hoje não tem nada mais para se preservado, acabou tudo, mas é muito importante preservar o restinho que ainda tem, pois tem muita gente que não conhece o que é uma mata, não conhece o coquinho, não conhece a história, então tem que preservar o que resta”. Como disse o senhor Manoel Casado de Brito (Baduti).

DISCUSSÃO

Fatos e Contradições

A história ambiental da ilha de Guriri é contada através de entrevistas orais e algumas informações não são corroboradas, pois os entrevistados divergem entre si. A construção da primeira ponte e da abertura da estrada em 1961 na gestão de Othovarino Duarte Santos; as terras compradas, pelo prefeito, da família portuguesa Vila Nova; a construção da segunda ponte de concreto no ano de 1996 e o auge da destruição da restinga para dar lugar a urbanização na década de 80 e, nesta mesma época o deputado Jorge Daher no governo de Eurico Rezende consegue o então asfalto para Guriri, conforme relatos do historiador Eliezer. Porém, Maciel de Aguiar, historiador local, relata a construção da primeira ponte e da estrada na década de 50 e apenas na década de 90 o então governador do estado, Vitor Buaiz, fez a ponte atual. Para ele, Guriri pertencia ao distrito de Nativo de Barra Nova, cuja sede está fora da Ilha. O Balneário de Guriri não existia antes de Barra Nova, localizada no Sul da Ilha. Segundo o seu Vavá, sua família foi quem abriu a primeira estrada para a localidade de Mariricu e foram eles que derrubaram as primeiras árvores para construir casa e principalmente, para o plantio.

Seu Manoel afirma que as terras pertenciam a Vicente Ferreira e Othovarino se apossou da parte que ficava ao lado da praia. O restante Vicente vendeu. A primeira ponte foi construída em 1966. Para ele o auge da destruição da restinga se deu quando o prefeito Amocim Leite saiu distribuindo lotes, que segundo ele, era marcado e tinha planta e a mata foi derrubada com o auxílio de um trator. Ele afirma que Othovarino abriu caminho pelas terras de Silvino Família para chegar a Barra Nova, que até então era habitada por poucos pescadores. O Sr. Baduti concorda com Maciel que Guriri era distrito de Barra Nova, mas os terrenos pertenciam ao latifundiário Nilton Barbosa e outra parte era de Domingos Borges. Para ele o segundo loteamento foi feito por Fernando Rezende e concorda que seu Vavá foi um dos primeiros habitantes da ilha. Todos afirmam que o nome Guriri vem da quantidade de palmeira guriri que havia na região.

A relação homem-natureza

Ao buscarmos compreender as relações homem-natureza na Ilha de Guriri a partir de um enfoque histórico pode-se considerá-la como um espaço social em processo de mudanças marcada primeiramente pela produção de subsistência (espaço de apropriação) e conduzida à reprodução demográfica e do capital (espaço de dominação). MORAES (2005) alerta-nos que, “[...] tais espaços, ao lado dos parcamen-

te povoados (o das comunidades “tradicionais”), vão constituir-se nas zonas de assédio do surto de ocupação da zona costeira que ocorre na segunda metade do século XX”. As descrições apresentadas por Moraes contribuem para entender o que se configura como beira-mar dentro do contexto das ocupações litorâneas, ao citar as zonas de adensamento de ocupação que se formaram desde o período colonial:

De resto, vastas extensões do litoral permanecem isoladas ou pouco ocupadas. Estas serão tradicionalmente áreas de refúgio de tribos indígenas e de escravos fugidos, que acabam por instalar pequenas comunidades envoltas em gêneros de vida rudimentares, voltados para o autoconsumo. Estas vão ser as origens das populações litorâneas “tradicionais” ainda hoje presente em várias porções da costa brasileira (MORAES, 2005).

As relações homem-natureza, antes da segunda metade do século XX, baseavam-se em atender as necessidades que garantem a sobrevivência da população tradicional de beira-mar ao viver com a natureza, o que leva ao uso sustentável, pois o manejo era conciliado ao ciclo natureza. No segundo momento, a natureza passou a ser fonte de exploração e estava a atender a lógica do capitalismo, o acúmulo de riqueza, em síntese, viver da natureza. Essa situação nos conduz ao alerta de DIEGUES (2000) quando diz que:

O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto. Nesse sentido, deve-se considerar normal a intervenção do homem no curso dos fenômenos e dos ciclos naturais, à semelhança das outras espécies que, segundo suas faculdades, agem sobre as substâncias, as energias e à vida das outras espécies. O que traz problema não é o fato, mas a maneira como vivem ou intervêm na natureza. [...] Desse modo, o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre homem e natureza.

Dessa forma, em um primeiro momento, os modos de vida caracterizam-se pelas práticas cotidianas, na sociabilidade entre os que estão na beira-mar e a apropriação da natureza. O surgimento de novos atores implicou em novas ações que interferiram diretamente no meio natural, bem como, nas relações sociais dos ocupantes. A cada elemento novo neste contexto, o todo muda, dependendo da capacidade de atuação do mesmo. Portanto, é necessário considerar que as mudanças espaciais se territorializam e grafam suas marcas na paisagem. A beira-mar reflete ações dos sujeitos que vivem nesse território, do Estado, da indústria petrolífera e do turismo e lazer. O processo histórico revela uma ideia da natureza a favor do homem que “faz parte da lógica do modelo da sociedade utilitarista, consumista e tecnicista, que busca o crescimento econômico como solução das questões e ignora, nesse contexto, aquelas de ordem socioambientais. Dessa forma, é esse tipo de pensamento que a educação para o meio ambiente deve combater” (SOUZA & ARAÚJO, 2014).

O Poder público esteve presente no processo histórico por meio de planos econômicos e de propostas de ordenamento, incentivando e promovendo o litoral com ações desenvolvimentistas em função da produção do capital: a indústria do petróleo e gás, o turismo e o lazer e a urbanização. Nesse quadro, pontuam-se as seguintes questões: a perda das terras pelos primeiros ocupantes (caboclos), o incentivo público à ocupação desordenada, as lutas dos ambientalistas para manter os

ecossistemas de restinga e manguezais, a chegada da especulação pelo turismo. Não se pode descartar a atuação do Projeto TAMAR na luta pela conservação local.

Os conhecimentos produzidos como resultados do presente estudo serão utilizados, no segundo momento, como recursos para atividades de educação ambiental, visando a construção de um diálogo sobre os novos problemas gerados no processo histórico da relação homem-natureza na Ilha de Guriri, “possibilitando espaços de reflexões, concepções e métodos, experiências e possíveis soluções a futuras gerações” (ARCHANJO & HAGA, 2014).

CONCLUSÃO

Na Ilha de Guriri o modo de vida baseado na subsistência ou em uma produção mercantil simples, indiferente ao modo urbano-industrial, livre de um consumo descontrolado ou desnecessário permaneceu até a primeira metade do século XX. Por isso, ainda é possível encontrar manguezais preservados e uma vegetação de Restinga equilibrando processos de deposições e erosões. Essa relação com o mundo natural começou a mudar com a chegada das atividades econômicas que tomaram o litoral como o espaço de reprodução do capital. A indústria petrolífera, o turismo e o lazer se territorializaram e promoveram mudanças que mexeram não só com o espaço natural, mas com a dinâmica das relações sociais. O quadro atual é um acelerado processo de redução da cobertura vegetal para ampliação do balneário, no centro da Ilha, e o parcelamento do solo nas comunidades tradicionais de Barra Nova, ao Sul, e de Barreiras e Meleiras, ao norte.

As famílias dos primeiros habitantes, cujos modos de vida permitiram a conservação de parte da paisagem natural, ainda não desfrutam dos benefícios produzidos pelas mudanças promovidas pela modernidade, estando a qualidade de vida mais como propaganda para atrair o turista do que uma realidade a ser construída e vivida cotidianamente (SILVA, 2009). Portanto, a Ilha de Guriri apenas reflete o processo de desenvolvimento econômico imposto pelos mercados nos moldes do paradigma capitalista de “coisificação” do homem e da natureza. Esse quadro reflete exatamente o alerta de SATO (2002), pois “o pior risco é que, sob o signo da mudança, a comunidade biorregional converta-se a um velho racionalismo tecnicista de controle e regulação”.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os moradores e pesquisadores por aceitarem participar da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. **Conservação dos manguezais capixabas e sua importância para diversidade biológica**. In: Ecossistemas Costeiros do Espírito Santo – Conservação e Restauração. EDUFES. Vitória, 2007.

ARCHANJO, N.P.; HAGA, I.K. Ensino de educação ambiental: uma experiência com alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental. **Revbea**, V. 9, No. 1, pp. 169-183, São Paulo, 2014.

BRANDÃO, S.; NORONHA, E.A.P.; PEDROSA, F.J.A. **Educação ambiental comunitária no contexto do município de vitória de santo antão - PE: estudos, desafios e práticas**. In: Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da

sociobiodiversidade. Editora Universitária da UFPB, p.1384-1390, João Pessoa, 2011.

COSTA, S.M.; SILVINO, M.; MORAIS, I.R.D. **Consciência ambiental das maricultoras de rio do fogo/rn em concomitância com a mobilização social voltada para o cultivo de macroalgas.** In: Educação ambiental: Responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. Editora Universitária da UFPB, pp. 1378-1383, João Pessoa, 2011.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidades e Comunidades Tradicionais no Brasil.** NUPAUB, pp. 37, São Paulo, 2000.

FERREIRA, S. R. B. **Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do Sapé do Norte – ES.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

FREITAS, I. A. **História de uma floresta, geografia de seus habitantes.** In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil.** Annablume, São Paulo, 2005.

KLANOVICZ, J. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo/Santa Catarina. **História Oral**, v. 1, n. 15, pp. 159-183, 2012.

SATO, M.; PASSOS, L.A. **Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania.** In LOUREIRO, C.F.B.; LAYARGUES, P. & CASTRO, R.S. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. Cortez, pp. 221-252, São Paulo, 2002.

SILVA, L.M.T. **Pela qualidade de vida urbana na cidade de João Pessoa-PB: Educação ambiental e mobilização Social.** In: Educação ambiental para a sociedade sustentável e saúde global. SEABRA, G.F. & MENDONÇA, I.T. Editora Universitária da UFPB, Vol. 1, João Pessoa, 2009.

SOUZA, V.M.; ARAUJO, J. **A educação e o meio ambiente nas instituições públicas de ensino superior do estado do Rio de Janeiro: o perfil dos cursos de graduação que tratam da temática.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, 2014.

SUGUIO, K. MARTIN, L. Evolução da Planície Costeira do Rio Doce (ES) durante o quaternário: influência das flutuações do nível do mar. In: **Atas do IV Simpósio do Quaternário no Brasil**, p. 93-116, 1982.

WINIWARTER, V. Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos. **Abordagens Geográficas.** V. 1, nº 1, pp. 1-21, 2010.